


**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO ASSOCIADA AO SETOR MÉDICO-HOSPITALAR
PRIVADO EM UMA CIDADE MÉDIA: O CASO DE IMPERATRIZ (MA)**

**THE PRODUCTION OF URBAN SPACE ASSOCIATED WITH THE PRIVATE MEDICAL-
HOSPITAL SECTOR IN A MEDIUM-SIZED CITY: THE CASE OF IMPERATRIZ (MA),
BRAZIL**

**LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO URBANO ASOCIADA AL SECTOR MÉDICO-
HOSPITALARIO PRIVADO EN UNA CIUDAD MEDIA: EL CASO DE IMPERATRIZ (MA),
BRASIL**

 10.56238/revgeov17n1-147

José Geraldo Pimentel Neto

Doutor em Desenvolvimento Urbano

Instituição: Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)

E-mail: jose.neto@uemasul.edu.br

Thassio Silva Assunção

Graduando em Geografia

Instituição: Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)

E-mail: thassio.assuncao@uemasul.edu.br

Keilha Correia da Silveira

Doutora em Geografia

Instituição: Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)

E-mail: silveira.kc@gmail.com

Elza Ribeiro dos Santos Neta

Doutora em Geografia

Instituição: Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)

E-mail: elza.ribeiro@uemasul.edu.br

Luciana Maria da Cruz Clavijo

Doutora em Geografia

E-mail: lucianacruzpe@yahoo.com.br

RESUMO

O setor médico-hospitalar privado tem assumido papel crescente na dinâmica urbana de cidades médias brasileiras, atuando como agente indutor de transformações espaciais e funcionais. Este artigo analisa a produção do espaço urbano associada à expansão do setor de saúde privada na cidade de Imperatriz (MA), considerando seus padrões de localização, formas de inserção territorial e relações com o entorno urbano. Parte-se do problema de compreender como esses empreendimentos contribuem para a reorganização espacial da cidade. O objetivo é analisar o papel do setor médico-hospitalar privado na produção do espaço urbano imperatrizense. Metodologicamente, adota-se o



estudo de caso, com abordagem qualitativa, fundamentado na análise espacial dos empreendimentos hospitalares privados, na observação de campo, no uso de dados secundários e na elaboração de mapas temáticos. Os resultados evidenciam a concentração desses equipamentos em áreas estratégicas, a predominância da verticalização e a formação de centralidades terciárias associadas aos serviços de saúde, indicando que os hospitais privados atuam como elementos estruturadores do uso e da ocupação do solo urbano. Conclui-se que a expansão da saúde privada em Imperatriz integra um processo mais amplo de reorganização urbana, contribuindo para a redefinição de centralidades e para a intensificação das atividades terciárias especializadas em uma cidade média de relevância regional.

Palavras-chave: Produção do Espaço Urbano. Saúde Privada. Cidade Média. Imperatriz (MA). Geografia Urbana.

ABSTRACT

The private medical-hospital sector has played an increasingly significant role in the urban dynamics of Brazilian medium-sized cities, acting as a driving force of spatial and functional transformations. This article analyzes the production of urban space associated with the expansion of the private healthcare sector in the city of Imperatriz, Maranhão, focusing on location patterns, forms of territorial insertion, and relationships with the surrounding urban environment. The study addresses the problem of understanding how these enterprises contribute to the spatial reorganization of the city. Its main objective is to analyze the role of the private medical-hospital sector in the production of urban space in Imperatriz. Methodologically, the research adopts a qualitative case study approach, based on spatial analysis of private hospital facilities, field observations, secondary data collection, and the elaboration of thematic maps. The results reveal a concentration of these facilities in strategically accessible areas, a predominance of vertical development, and the formation of tertiary centralities associated with healthcare services, indicating that private hospitals function as structuring elements of land use and urban occupation. It is concluded that the expansion of private healthcare in Imperatriz is part of a broader process of urban reorganization, contributing to the redefinition of centralities and the intensification of specialized tertiary activities in a regionally relevant medium-sized city.

Keywords: Urban Space Production. Private Healthcare. Medium-Sized City. Imperatriz (MA). Urban Geography.

RESUMEN

El sector médico-hospitalario privado ha asumido un papel creciente en la dinámica urbana de las ciudades medias brasileñas, actuando como un agente impulsor de transformaciones espaciales y funcionales. Este artículo analiza la producción del espacio urbano asociada a la expansión del sector de la salud privada en la ciudad de Imperatriz, estado de Maranhão, considerando los patrones de localización, las formas de inserción territorial y las relaciones con el entorno urbano. El estudio parte del problema de comprender cómo estos emprendimientos contribuyen a la reorganización espacial de la ciudad. El objetivo es analizar el papel del sector médico-hospitalario privado en la producción del espacio urbano de Imperatriz. Metodológicamente, se adopta el estudio de caso con enfoque cualitativo, basado en el análisis espacial de los establecimientos hospitalarios privados, la observación de campo, el uso de datos secundarios y la elaboración de mapas temáticos. Los resultados evidencian la concentración de estos equipamientos en áreas estratégicas, la predominancia de la verticalización y la formación de centralidades terciarias vinculadas a los servicios de salud, indicando que los hospitales privados actúan como elementos estructuradores del uso y la ocupación del suelo urbano. Se concluye que la expansión de la salud privada en Imperatriz forma parte de un proceso más amplio de reorganización urbana, contribuyendo a la redefinición de centralidades y a la intensificación de actividades terciarias especializadas en una ciudad media de relevancia regional.

Palabras clave: Producción del Espacio Urbano. Salud Privada. Ciudad Media. Imperatriz (MA). Geografía Urbana.



1 INTRODUÇÃO

A cidade de Imperatriz, localizada no sudoeste do estado do Maranhão, configura-se como uma cidade média de relevância regional, exercendo influência econômica, social e funcional sobre municípios do próprio estado e de unidades federativas vizinhas, como Pará e Tocantins. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o município possui população estimada em 273.110 habitantes e vem apresentando, nas últimas décadas, um processo contínuo de expansão urbana, associado à diversificação de suas atividades econômicas e à consolidação de novos setores produtivos. Nesse contexto, destaca-se a expressiva ampliação do setor médico-hospitalar privado, que passou a desempenhar papel central na dinâmica urbana local e regional.

A expansão do setor de saúde privada em Imperatriz não se restringe à ampliação da oferta de serviços médicos, mas se articula diretamente à produção do espaço urbano. A implantação de hospitais privados, centros médicos e equipamentos associados ocorre, de forma recorrente, em áreas estratégicas da cidade, caracterizadas por elevada acessibilidade, proximidade com eixos viários estruturantes e presença de infraestrutura urbana consolidada. Esse processo tem contribuído para a intensificação da verticalização, para a valorização fundiária e para a formação de centralidades terciárias vinculadas aos serviços de saúde, revelando o papel desses empreendimentos como agentes indutores de transformações socioespaciais.

Diante desse cenário, o presente artigo parte da seguinte questão central: como o setor médico-hospitalar privado tem contribuído para a produção do espaço urbano na cidade de Imperatriz (MA)? A investigação busca compreender os padrões espaciais associados à expansão desse setor e suas implicações para a organização urbana, considerando a atuação de agentes privados e sua relação com as dinâmicas mais amplas de crescimento urbano em uma cidade média.

Para interpretar essas dinâmicas, o estudo dialoga com o referencial teórico da governança urbana, dos arranjos institucionais e dos regimes urbanos, mobilizados como quadros analíticos interpretativos, e não como categorias empíricas diretamente verificáveis. Esses aportes teóricos permitem compreender, em nível analítico, como a atuação do mercado e as formas de regulação urbana podem influenciar a produção do espaço, sem que o artigo se proponha a identificar empiricamente coalizões políticas formais, processos decisórios institucionais ou regimes urbanos consolidados. Assim, tais conceitos são utilizados como instrumentos heurísticos para a leitura dos padrões espaciais observados, contribuindo para a interpretação das transformações urbanas associadas ao setor médico-hospitalar privado.

Metodologicamente, a pesquisa adota o estudo de caso, com enfoque qualitativo e base empírica fundamentada na análise espacial dos empreendimentos hospitalares privados, na observação do entorno urbano, no levantamento de informações institucionais disponíveis e na realização de trabalhos de campo. Essa estratégia permite compreender como a expansão do setor de saúde privada



se materializa no território, evidenciando regularidades espaciais e dinâmicas urbanas associadas à lógica de mercado e ao processo de urbanização.

O objetivo geral do artigo é analisar o papel do setor médico-hospitalar privado na produção do espaço urbano de Imperatriz (MA), identificando padrões de localização, formas de inserção territorial e efeitos sobre a organização urbana. De forma específica, busca-se: (i) caracterizar a distribuição espacial dos principais empreendimentos hospitalares privados no município; (ii) analisar a relação desses equipamentos com o entorno urbano e com a formação de centralidades; e (iii) interpretar essas dinâmicas em diálogo com a literatura sobre governança urbana.

Além desta introdução, o artigo estrutura-se em quatro seções. A primeira apresenta o referencial teórico que fundamenta a análise. A segunda descreve os procedimentos metodológicos adotados. A terceira discute os resultados empíricos, com foco na espacialização e nas dinâmicas urbanas associadas ao setor médico-hospitalar privado. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais, retomando os principais achados e apontando limites e possibilidades para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representa um marco fundamental na reorganização política, administrativa e institucional do Estado brasileiro, ao estabelecer princípios que redefiniram as relações entre União, estados e municípios. A promulgação da chamada Constituição Cidadã consolidou um modelo de descentralização político-administrativa que ampliou as competências e a autonomia dos entes subnacionais, especialmente dos municípios, conferindo-lhes maior protagonismo na condução de políticas públicas e no ordenamento territorial.

Conforme destaca Souza (2001), esse processo moldou um novo federalismo no país, ao redistribuir responsabilidades e competências entre as diferentes esferas de governo, fortalecendo a democracia reconstruída no período pós-1988. A autonomia municipal passou a ser garantida por meio de leis orgânicas próprias e pela ampliação das atribuições legislativas e administrativas locais, aspecto que permitiu aos municípios maior capacidade de atuação sobre assuntos de interesse local, incluindo o planejamento urbano e o controle do uso e ocupação do solo. Nesse sentido, Abrucio e Franzese (2007) ressaltam que temas anteriormente restritos às esferas federal e estadual passaram a integrar de forma mais efetiva a agenda municipal.

Esse novo arranjo institucional contribuiu para a emergência do conceito de governança como categoria analítica central na compreensão das formas contemporâneas de gestão do território. A governança pode ser entendida como o conjunto de processos, regras e práticas por meio dos quais o poder é exercido e as políticas públicas são formuladas e implementadas, envolvendo não apenas o Estado, mas também outros atores sociais e econômicos. Segundo Gonçalves (2005), a noção de



governança ganhou destaque a partir de reflexões promovidas pelo Banco Mundial, associadas à busca por maior eficiência do Estado e à capacidade governamental de planejar, formular e executar políticas públicas.

De acordo com essa perspectiva, a governança está diretamente relacionada à capacidade dos governos de coordenar ações, articular interesses e mobilizar recursos institucionais, técnicos e financeiros para a implementação de decisões. Diniz (1997) enfatiza que essa capacidade envolve dimensões como comando, coordenação e execução, sendo fundamental para a eficácia governamental. No contexto urbano, essas dinâmicas tornam-se ainda mais complexas, uma vez que a gestão do território passa a depender da articulação entre múltiplos atores, escalas e interesses.

A governança metropolitana, por sua vez, não se restringe aos limites formais da organização federativa, mas envolve relações recíprocas entre diferentes níveis de governo e atores institucionais. Conforme apontam Monteiro Neto et al. (2014), a descentralização promovida pela Constituição de 1988 reforçou o papel dos municípios na gestão territorial, atribuindo-lhes competências como legislar sobre assuntos de interesse local e promover o ordenamento do solo urbano, conforme previsto no artigo 30 da Constituição Federal. Contudo, Souza (1998) ressalta que esse processo apresenta limitações, especialmente no que se refere às desigualdades regionais e ao enfraquecimento financeiro do governo federal.

Nesse contexto, os arranjos institucionais assumem papel central na compreensão da governança urbana. Esses arranjos referem-se às formas de coordenação estabelecidas entre diferentes instituições e atores, por meio de acordos, parcerias e mecanismos de cooperação voltados à realização de objetivos específicos. Segundo Williamson (2000), as instituições — formais e informais — moldam o comportamento dos agentes econômicos e políticos, influenciando as transações e as formas de organização social. Assim, os arranjos institucionais constituem construções sociais que regulam, de maneira explícita ou implícita, as relações entre os diversos atores envolvidos na produção do espaço urbano.

Os arranjos institucionais materializam-se por meio de ações públicas e privadas associadas a políticas e projetos desenvolvidos em determinado território, definindo critérios de participação, formas de coordenação e distribuição de responsabilidades. Essas articulações tornam-se particularmente relevantes no contexto urbano, onde a implementação de projetos e a transformação do espaço dependem da interação entre Estado, mercado e sociedade.

A teoria dos regimes urbanos, conforme formulada por Stone (1993), oferece uma abordagem analítica voltada à compreensão dessas relações políticas locais, ao enfatizar a cooperação entre atores governamentais e não governamentais. Para o autor, os regimes urbanos caracterizam-se como formas de coordenação baseadas na troca de recursos de longo prazo, sustentadas pela colaboração interativa, e não pela hierarquia formal. Essa perspectiva permite analisar como diferentes atores se articulam



para viabilizar ações e projetos urbanos, especialmente em contextos marcados por restrições institucionais e financeiras.

França (2019) destaca que os regimes urbanos constituem um conceito analítico que possibilita visualizar as relações de poder no âmbito local, particularmente aquelas estabelecidas entre governo e mercado. Essas relações tendem a se materializar por meio de coalizões voltadas à promoção do crescimento urbano, frequentemente associadas à flexibilização da regulação urbanística e à valorização do espaço urbano. Molotch (1996) reforça essa interpretação ao afirmar que as coalizões pró-crescimento buscam enfrentar entraves regulatórios, favorecendo a expansão de atividades econômicas e a implementação de grandes projetos urbanos.

Nesse sentido, a produção do espaço urbano pode ser compreendida como resultado das interações entre diferentes atores sociais, econômicos e políticos. Conforme Simmel (1908, apud França, 2019), a sociedade urbana constitui-se a partir de relações de interdependência, contato e associação, nas quais os interesses individuais e coletivos se entrelaçam. Assim, os regimes urbanos e os arranjos institucionais configuram-se como ferramentas analíticas relevantes para interpretar as dinâmicas de produção do espaço, especialmente em contextos nos quais determinados setores econômicos, como o médico-hospitalar, assumem papel destacado na estruturação da cidade.

Dessa forma, o referencial teórico adotado neste trabalho fornece subsídios para interpretar as transformações urbanas associadas à expansão do setor médico-hospitalar privado em Imperatriz (MA), permitindo compreender como padrões espaciais, dinâmicas econômicas e processos institucionais se articulam no contexto de uma cidade média. Ressalta-se, contudo, que esses conceitos são mobilizados como instrumentos analíticos para a leitura do empírico, não sendo tratados como categorias empiricamente demonstradas ao longo do estudo.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada no método do estudo de caso, com o objetivo de analisar a produção do espaço urbano associada à expansão do setor médico-hospitalar privado na cidade de Imperatriz (MA). A escolha do estudo de caso justifica-se pela relevância regional do município e pela expressividade do setor de saúde privada em sua dinâmica urbana, o que permite compreender, de forma aprofundada, processos espaciais específicos de uma cidade média brasileira.

O recorte empírico do estudo contempla os principais empreendimentos hospitalares privados localizados no município de Imperatriz, incluindo hospitais e centros médicos de médio e grande porte, selecionados em função de sua representatividade territorial, visibilidade urbana e inserção em áreas estratégicas da malha urbana. A análise concentra-se na espacialização desses equipamentos, considerando sua localização, forma de implantação, características construtivas — com destaque para



a verticalização — e relação com o entorno imediato, especialmente no que se refere à presença de serviços complementares, infraestrutura urbana e eixos de circulação.

Os procedimentos metodológicos envolveram, inicialmente, o levantamento e a sistematização de informações secundárias, obtidas a partir de bases de dados oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), documentos institucionais disponíveis em sites oficiais dos empreendimentos hospitalares e informações públicas relacionadas ao planejamento urbano municipal. Esses dados subsidiaram a caracterização geral do município, a identificação dos principais equipamentos hospitalares privados e a contextualização temporal de sua implantação.

Em seguida, foram realizadas atividades de trabalho de campo, com o objetivo de observar diretamente a inserção territorial dos empreendimentos hospitalares e as dinâmicas urbanas do entorno. As observações de campo permitiram registrar aspectos como padrões de uso e ocupação do solo, diversidade funcional das áreas adjacentes, presença de estabelecimentos associados aos serviços de saúde, intensidade de fluxos urbanos e características da paisagem construída. Os registros foram realizados por meio de anotações sistemáticas, fotografias e mapeamentos exploratórios.

A análise espacial foi complementada pela elaboração e interpretação de mapas temáticos, os quais possibilitaram visualizar a distribuição dos empreendimentos hospitalares privados no território urbano de Imperatriz e identificar padrões de concentração, proximidade entre equipamentos e relação com eixos viários estruturantes. Esses mapas foram construídos com base em dados cartográficos oficiais e organizados de modo a subsidiar a leitura geográfica dos processos analisados.

Do ponto de vista analítico, os dados empíricos foram interpretados em diálogo com a literatura sobre governança urbana, utilizados neste estudo como categorias analíticas de caráter interpretativo. Ressalta-se que a pesquisa não teve como objetivo reconstruir processos decisórios formais, identificar coalizões políticas ou comprovar empiricamente a existência de regimes urbanos consolidados. Assim, os conceitos teóricos mobilizados servem como instrumentos para interpretar os padrões espaciais observados e as dinâmicas urbanas associadas à expansão do setor médico-hospitalar privado, e não como categorias empíricas diretamente verificadas.

Cabe ressaltar que a análise proposta neste estudo não tem como objetivo demonstrar empiricamente relações institucionais formais entre agentes públicos e privados, tampouco reconstruir processos decisórios associados à implantação dos empreendimentos analisados. A opção metodológica adotada privilegia uma leitura geográfica da produção do espaço urbano, centrada nos padrões de localização, formas de inserção territorial e dinâmicas espaciais observáveis. Nesse sentido, os referenciais teóricos mobilizados operam como suporte interpretativo para a análise dos resultados empíricos, e não como categorias empíricas diretamente testadas.

Por fim, é importante destacar as limitações do estudo. A ausência de entrevistas com agentes públicos e privados, bem como o acesso restrito a documentos administrativos e decisórios, restringe



a possibilidade de análises institucionais mais aprofundadas. Dessa forma, os resultados apresentados devem ser compreendidos como uma leitura geográfica interpretativa da produção do espaço urbano da saúde privada em Imperatriz (MA), abrindo possibilidades para investigações futuras que aprofundem os aspectos institucionais, políticos e decisórios associados a esse processo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

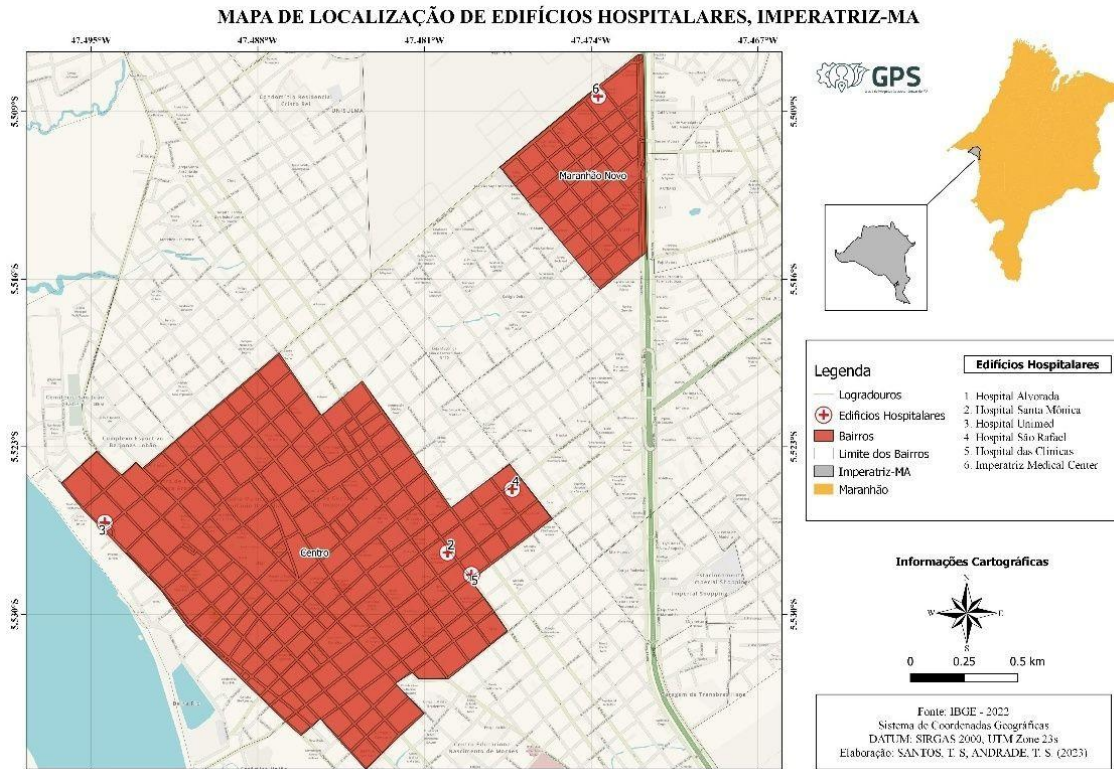
O setor médico-hospitalar privado e a produção do espaço urbano em Imperatriz (MA)

A análise empírica concentrou-se nos principais empreendimentos hospitalares privados localizados na cidade de Imperatriz (MA), considerando sua distribuição espacial, características construtivas, relação com o entorno urbano e inserção no processo de expansão da cidade. O recorte empírico contemplou cinco hospitais privados e um centro médico, os quais constituem referências regionais na oferta de serviços de saúde privada e desempenham papel relevante na dinâmica urbana local.

A espacialização desses equipamentos pode ser observada na Figura 1, que apresenta o mapa de localização dos edifícios hospitalares privados no município. O mapa evidencia que tais empreendimentos não se distribuem de forma aleatória no território urbano, concentrando-se majoritariamente em áreas dotadas de elevada acessibilidade, proximidade com eixos viários estruturantes e presença de infraestrutura urbana consolidada. Esse padrão espacial sugere a busca por localizações estratégicas, capazes de potencializar a visibilidade, o acesso e a funcionalidade dos serviços ofertados.



FIGURA 1 - Mapa de localização de edifícios hospitalares, Imperatriz, Maranhão.



Fonte: IBGE (2022). Organizado pelo autor (2023)

Observa-se, ainda, a predominância da verticalização entre os edifícios hospitalares analisados, característica que se apresenta como resposta à valorização fundiária, à limitação de espaço em áreas centrais e à intensificação do uso do solo urbano. A verticalização dos hospitais privados revela uma forma específica de apropriação do espaço urbano, compatível com a lógica de concentração de atividades terciárias especializadas em pontos estratégicos da cidade.

A proximidade espacial entre os hospitais analisados indica a formação de áreas com maior densidade de serviços de saúde privada, configurando centralidades terciárias associadas a esse setor. Esses espaços concentram não apenas hospitais, mas também clínicas especializadas, laboratórios, farmácias, estacionamentos, consultórios e outros serviços complementares, reforçando a especialização funcional de determinados trechos da cidade. Tal dinâmica evidencia que os hospitais privados atuam como elementos indutores da reorganização do uso e da ocupação do solo urbano.

A **Figura 2** apresenta o Hospital das Clínicas (HC), localizado na Rua Luís Domingues, esquina com a Rua Piauí. O entorno imediato do hospital caracteriza-se pela presença de clínica odontológica, laboratórios de análises clínicas, clínicas veterinárias, estacionamento próprio, além de estabelecimentos comerciais e uma escola técnica. Essa diversidade funcional revela a consolidação de um polo de serviços associado à presença do hospital, indicando que sua implantação contribuiu para a atração de atividades correlatas e para a intensificação do uso do solo na área.



Figura 2 - Hospital das Clínicas (HC)



Fonte: o Autor (2023).

Situação semelhante é observada no Hospital Santa Mônica, apresentado na **Figura 3**, localizado na Rua Piauí. O entorno desse equipamento é marcado pela presença de laboratórios, clínicas especializadas, farmácias, estabelecimentos comerciais variados e áreas de estacionamento. Essa configuração espacial evidencia a formação de uma centralidade terciária estruturada a partir dos serviços de saúde, na qual o hospital desempenha papel central na organização das atividades urbanas adjacentes.

Figura 3 - Hospital Santa Monica



Fonte: o Autor (2023).

O Hospital São Rafael, ilustrado na **Figura 4**, localiza-se na Avenida Dorgival Pinheiro de Sousa, um dos principais eixos viários da cidade. A área apresenta intensa circulação de pessoas e veículos, além de grande diversidade de usos, incluindo laboratórios, postos de combustíveis, lojas comerciais, óticas, lanchonetes e clínicas especializadas. A inserção do hospital nesse eixo reforça a relação entre acessibilidade, visibilidade urbana e implantação de equipamentos hospitalares privados, além de evidenciar a integração desses empreendimentos a circuitos comerciais consolidados.

Figura 4 - Hospital São Rafael



Fonte: o Autor (2023).



No caso do Hospital Unimed, apresentado na **Figura 5**, observa-se uma inserção territorial marcada pela coexistência de usos residenciais, comerciais e de serviços. A presença de praça pública, residências, clínicas, consultórios, estabelecimentos comerciais e escritórios no entorno indica uma configuração urbana mais híbrida, na qual o hospital contribui para a diversificação funcional e para a gradual transformação do uso do solo, sem eliminar completamente as funções residenciais existentes.

Figura 5 - Hospital Unimed



Fonte: o Autor (2023).

A análise do Medical Center, conforme a **Figura 6**, evidencia um padrão distinto, caracterizado pela concentração de múltiplos usos em um único edifício. O entorno inclui estabelecimentos comerciais diversos, farmácia, estacionamento, condomínio, hotel e atividades relacionadas ao mercado imobiliário. Essa configuração reforça a lógica de verticalização e de uso intensivo do espaço urbano, típica de áreas que concentram serviços especializados e atividades terciárias de maior valor agregado.

Figura 6 - Medical Center



Fonte: o Autor (2023).

Por fim, o Hospital Alvorada, apresentado na **Figura 7**, exemplifica a expansão do setor médico-hospitalar privado em áreas que combinam usos consolidados e processos recentes de transformação urbana. O entorno do hospital inclui residências, comércio de materiais de construção, supermercado, estabelecimentos ligados ao agronegócio e edificações em construção. Esse cenário evidencia o papel do hospital como indutor de mudanças no uso do solo e de novos investimentos imobiliários em sua área de influência.



Figura 7 - Hospital Alvorada



Fonte: o Autor (2023).

A análise temporal dos edifícios hospitalares privados, apresentada no **Quadro 1**, demonstra que a implantação desses equipamentos ocorre de forma contínua ao longo de diferentes décadas, iniciando-se na década de 1970 e estendendo-se até 2012. Esse dado revela que a expansão do setor médico-hospitalar privado acompanha o crescimento urbano de Imperatriz, refletindo a consolidação progressiva desse segmento como parte estruturante da dinâmica urbana local.

Quadro 1 – Edifício hospitalares e seus respectivos anos de abertura

EDIFÍCIO	ANO DE ABERTURA
Hospital São Rafael	1974
Hospital Santa Monica	1989
Hospital Alvorada	1991
Unimed Imperatriz	2001
Hospital das Clínicas - HC	2005
Medical Center	2012

Fonte: o Autor (2023).

De forma geral, os resultados evidenciam que o setor médico-hospitalar privado desempenha papel relevante na produção do espaço urbano de Imperatriz (MA), ao induzir padrões específicos de localização, verticalização e especialização funcional. A concentração desses empreendimentos em áreas estratégicas, associada à formação de centralidades terciárias e à valorização do entorno, revela dinâmicas urbanas compatíveis com lógicas de crescimento orientadas pelo mercado. Essas dinâmicas, quando interpretadas à luz do referencial teórico adotado, permitem compreender como a expansão da saúde privada se articula aos processos mais amplos de urbanização e reorganização espacial em uma



cidade média brasileira, sem que se afirme, contudo, a existência empírica de arranjos institucionais ou regimes urbanos consolidados.

Os resultados empíricos obtidos permitem estabelecer um diálogo interpretativo com a base teórica da pesquisa, especialmente no que se refere às transformações urbanas observadas no contexto pós-Constituição de 1988. A descentralização político-administrativa e a ampliação da autonomia municipal criaram condições institucionais mais favoráveis à atuação de agentes privados no território urbano, o que se expressa, no caso de Imperatriz, na consolidação espacial do setor médico-hospitalar privado. Embora o estudo não reconstrua empiricamente os processos institucionais subjacentes a essa dinâmica, os padrões espaciais observados são compatíveis com um contexto de maior flexibilidade regulatória e de fortalecimento das lógicas de mercado na produção do espaço urbano.

A dinâmica identificada também se articula ao conceito de governança, entendido como o conjunto de processos que orientam a atuação dos atores políticos e institucionais sobre o território. A concentração dos hospitais em áreas estratégicas, a articulação com serviços complementares e a presença de construtoras e empreendimentos imobiliários associados evidenciam a atuação conjunta de agentes públicos e privados na produção do espaço urbano. Essa governança assume características que dialogam com as abordagens apontadas por Silva (2020), ao combinar a influência empresarial do setor privado com formas de coordenação institucional que possibilitam a execução dos empreendimentos.

A partir da análise empírica realizada, é possível sugerir a existência de dinâmicas urbanas que podem ser interpretadas à luz da noção de arranjos institucionais, entendidos aqui em sentido analítico. A concentração dos empreendimentos hospitalares em áreas estratégicas, a articulação com serviços complementares e a valorização do entorno urbano indicam a atuação convergente de interesses econômicos e lógicas de planejamento urbano, sem que se afirme a identificação empírica de arranjos institucionais formalizados. Dessa forma, os conceitos de governança urbana e regimes urbanos contribuem para interpretar essas dinâmicas como parte de processos mais amplos de produção do espaço orientados pelo mercado.

Dessa forma, os resultados da pesquisa empírica evidenciam que a expansão dos hospitais privados em Imperatriz não se limita à ampliação da oferta de serviços de saúde, mas integra um processo mais amplo de produção do espaço urbano, marcado pela concentração de atividades terciárias, pela intensificação da verticalização e pela redefinição de centralidades. Tais processos podem ser interpretados em diálogo com os referenciais da governança urbana e dos regimes urbanos, desde que compreendidos como instrumentos analíticos auxiliares. Essa abordagem permite compreender como o setor médico-hospitalar privado atua como elemento estruturador da dinâmica urbana local, sem a pretensão de demonstrar empiricamente a existência de coalizões políticas ou regimes urbanos consolidados.



5 CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objetivo analisar o papel do setor médico-hospitalar privado na produção do espaço urbano da cidade de Imperatriz (MA), a partir de uma leitura geográfica centrada na distribuição espacial, na forma de inserção territorial e nas dinâmicas urbanas associadas a esses empreendimentos. Ao adotar o estudo de caso como estratégia metodológica, foi possível compreender como a expansão da saúde privada se materializa no território urbano de uma cidade média, revelando padrões espaciais e processos de transformação que extrapolam a dimensão estritamente funcional da oferta de serviços de saúde.

Os resultados evidenciaram que os empreendimentos hospitalares privados em Imperatriz apresentam padrões recorrentes de localização em áreas estratégicas da cidade, caracterizadas por elevada acessibilidade, proximidade com eixos viários estruturantes e infraestrutura urbana consolidada. A predominância da verticalização, a formação de centralidades terciárias e a concentração de serviços complementares no entorno dos hospitais demonstram que esses equipamentos atuam como agentes indutores da reorganização do uso e da ocupação do solo urbano, contribuindo para a valorização fundiária e para a intensificação das atividades terciárias especializadas.

A análise empírica também revelou que a expansão do setor médico-hospitalar privado acompanha, de forma contínua, o processo de crescimento urbano de Imperatriz ao longo das últimas décadas, indicando a consolidação desse segmento como elemento estruturante da dinâmica urbana local. A presença de hospitais privados desde a década de 1970 até os empreendimentos mais recentes evidencia a permanência e a relevância desse setor na conformação do espaço urbano, reforçando sua importância na estrutura funcional e econômica da cidade e de sua área de influência regional.

Do ponto de vista analítico, o diálogo com os conceitos de governança urbana, arranjos institucionais e regimes urbanos possibilitou uma leitura interpretativa dos padrões espaciais observados, sem que tais categorias tenham sido tratadas como objetos empíricos diretamente demonstrados. Essa opção teórico-metodológica reforça o caráter geográfico do estudo, ao priorizar a análise da produção do espaço urbano e das dinâmicas territoriais associadas à atuação do setor médico-hospitalar privado, reconhecendo explicitamente os limites explicativos decorrentes do recorte metodológico adotado.

Essa opção metodológica e analítica confere ao trabalho um caráter interpretativo, próprio da Geografia Urbana, ao evidenciar como determinados setores econômicos, ao se expandirem no território, contribuem para a redefinição de centralidades, para a intensificação do uso do solo e para a reorganização funcional da cidade. A análise do setor de saúde privada em Imperatriz demonstra que a produção do espaço urbano em cidades médias brasileiras está fortemente associada à lógica de



mercado, sem que isso implique, necessariamente, a comprovação empírica de arranjos institucionais ou regimes urbanos no sentido estrito da literatura.

Por fim, ressalta-se que o estudo apresenta limitações decorrentes do recorte metodológico adotado, especialmente no que se refere à ausência de entrevistas com agentes públicos e privados e ao acesso restrito a documentos institucionais e decisórios. Essas limitações, entretanto, não comprometem os objetivos propostos, mas indicam caminhos para investigações futuras, que poderão aprofundar a análise das dimensões institucionais, políticas e decisórias associadas à expansão do setor médico-hospitalar privado. Assim, o artigo contribui para o debate geográfico sobre a produção do espaço urbano em cidades médias, ao oferecer uma leitura consistente e empiricamente fundamentada das transformações urbanas associadas à saúde privada, reafirmando a importância desse setor como agente estruturador da dinâmica urbana contemporânea.



REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele. Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. Tópicos de economia paulista para gestores públicos, v. 1, p. 13-31, 2007.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- FRANÇA, Barbara Lúcia Pinheiro de Oliveira. Da teoria urbana ao regime Urbano: contribuições como teoria e como método para interpretar as relações de poder interativas na cidade. Texto para Discussão 2. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2019.
- FRANKLIN, Adalberto. Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz. Ética, 2008.
- GONÇALVES, Alcindo. O conceito de governança. XIV Encontro do Conpedi, v. 16, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2022). Cidades e Estados. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-estados/ma/imperatriz.html>>. Acesso em: 27 jun. 2023.
- PIMENTEL NETO, José Geraldo. Arranjos institucionais e gestão urbana: uma análise do desenvolvimento local-regional na Região Metropolitana do Recife—o legado da Copa do Mundo Fifa de 2014. 2017.
- SILVA, Alexsandro FC; CLEMENTINO, Maria LM; ALMEIDA, Lindijane SB. Regimes Urbanos e Governança Democrática: abordagens sobre o Poder na Cidade. XVII ENCONTRO DA ANPUR, v. 17, p. 1-20, 2017.
- SOUZA, Celina. Federalismo e descentralização na Constituição de 1988: processo decisório, conflitos e alianças. Dados, v. 44, p. 513-560, 2001.

